

Mulheres vítimas de violência e o trabalho: formas de (re)existir

Priscilla da Silva Faria¹

Paula Gesuatto Furlan²

Resumo: Historicamente pautados e guiados pelos discursos hegemônicos, privilegiamos algumas identidades lhes atribuindo noções de naturalidade e legitimidade, ao passo que outras tantas são inscritas como inferiores e/ou desviantes. Em consequência disso, se estabelecem relações hierárquicas que delimitam e conduzem as várias instâncias sociais, com reflexos na produção do saber, no campo dos direitos e nas práticas sociais. Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar quais as atribuições culturais de gênero que ampliam as condições de vulnerabilidades de mulheres a cenas de violência doméstica e o trabalho como uma das formas de resistência que se ensaiam dentro desse cenário. Foi utilizado como referencial teórico os estudos de gênero e, como instrumento de dados, o (CAM) Centro de Atendimento a Mulher da cidade de Londrina-PR, técnicas participativas (dinâmicas de grupo) e entrevistas semi-estruturada com mulheres da Casa Abrigo Canto de Dália de Londrina.

Palavras-Chaves: Resistência; Violência de gênero; Trabalho.

¹ Discente do curso de Psicologia da Universidade Estadual de Londrina.
End. Rua Francisco Merighe, 305, Jd. Esperança – Londrina/PR
CEP: 86046-640 Tel. (43) 3329-8199 ou Cel. (43) 9647-1139

² CRP- 08/17269 – Rua Jayme Americano, 129, Jd. Caravelle - Londrina – Paraná
CEP: 86.040-030 Tel. (43) 3321-6711 ou Cel. (43)9603-5839

A análise histórica nos mostra como muitos dos papéis sociais atribuídos às mulheres como naturais foram, na verdade, construídos. Segundo Louro:

(. . .) papéis sociais são, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar. Através do aprendizado de papéis, cada um(a) deveria conhecer o que é considerado adequado [e inadequado] para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. (Louro, 1999, p.24)

Homens e mulheres, desde o momento do nascimento, têm papéis sociais a serem cumpridos: menina tem um enxoval cor de rosa e menino azul; meninas devem brincar de boneca e de casinha, meninos de carrinho e futebol, entre tantos outros. Segundo essa lógica normatizadora da sexualidade, a mulher “normalmente” cuidaria da casa e dos filhos, enquanto o homem trabalharia fora e teria a obrigação de garantir o sustento financeiro da casa (Carvalhaes, 2008). Muitas vezes, quando a mulher trabalha fora, ainda sente-se na obrigação de cuidar dos “afazeres domésticos”, o que implica numa dupla jornada de trabalho.

Na sociedade teocêntrica da Antiguidade, acreditava-se no paradigma do “sexo único” para explicação da diferença anatômica entre os corpos masculinos e femininos, onde os homens, com seus órgãos sexuais expostos, eram vistos como iluminados, e as mulheres eram tidas como seres obscuros, pelo fato de sua genitália ser considerada “invertida”, “um pênis interno”. Ou seja, o feminino era assinalado como inferior e “só diferiam dos homens por serem machos menos perfeitos”. (Bozon, 2004, p.36). Dessa forma, “a sociedade era regida pelo “paradigma do sexo único”, regulado pelo modelo masculino e marcado pela evidente hierarquia de poder e dominação entre os sexos, sendo a sexualidade feminina historicamente definida em relação à masculina”. (Carvalhaes, 2008, p. 43)

Na idade média, o teocentrismo dá lugar ao antropocentrismo, onde Deus já não é mais o centro no universo e sim o homem. Com uma tentativa de retomar o poder, a igreja cria o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, onde qualquer pessoa que se posicionasse contra as doutrinas da igreja, ou agisse de forma contrária aos padrões religiosos era considerado um herege e, assim, caçado e morto. Muitas mulheres foram queimadas em fogueiras por negar seus papéis sociais ou tinham suas cabeças decepadas, eram vistas como bruxas e/ou praticantes de magia negra.

Já na modernidade, com o advento do capitalismo e consolidação do pensamento científico (principalmente da biologia), os papéis sociais relacionados à maternidade e aos cuidados da família são atribuídos “naturalmente” as mulheres. Idéias como amamentar e supervalorizar a beleza de gestantes e lactantes eram insistentemente acopladas de maneira sutis por poetas, pintores e discursos médicos. Quando nenhum desses discursos servia, apelava-se para punições divinas ou da natureza (Carvalhaes, 2008).

Nessa conjuntura, ganha força a noção de “instinto materno”, sendo que a mulher passa a ter o dever, naturalmente instituído, de criar e cuidar pessoalmente de seus filhos. Qualquer negação desta tarefa seria vista como desvio moral, patologias ou mesmo loucura. Porém todas estas estratégias de naturalizar o papel de mãe cuidadora era a égide econômica do país, pois qualquer indicie alto de mortalidade infantil

prejudicaria sua economia. Nesse contexto, abortos e práticas contraceptivas foram criminalizados e a negação da maternidade fora justificada enquanto anormalidade psíquica. Portanto, a mulher sai da fogueira para o manicômio, em um processo de psiquiatrização de qualquer comportamento desviante dos padrões então estabelecidos.

Neste período a visão de sexo único começa perder espaço para a noção da “diferença sexual”, contudo, mesmo depois de constadas as diferenças anatômicas entre os sexos, o homem ainda era considerado o sexo dominante. Ressalta-se diferenças entre os aspectos físicos e morais de homens e mulheres, sendo que o que antes era visto como divino, é na modernidade agenciado a racionalidade científica. Nesse sentido, “as faculdades morais e psíquicas eram determinadas pela dimensão biológica, ou seja, a anormalidade seria expressa pela desarmonia entre os registros hormonais e morais”. (Birman, 2001, p.44)

Após a revolução francesa, no século XVIII, e do período de guerras e pestes, o Estado tentava disciplinar os indivíduos com o intuito de fortalecimento do país, pois, com o surgimento do capitalismo, era necessário produzir “corpos dóceis” para trabalhar na lógica de exploração das Indústrias, processo que Foucault (1988) denominou “biopoder”. Nesta lógica, a sujeição dos corpos, o controle de natalidade, longevidade e saúde pública eram a aposta da nova política, sendo que esses indivíduos deveriam atender as necessidades exigidas pelo novo sistema, isto é, “esperavam que ele funcionasse de acordo com as necessidades do nascente sistema político” (Carvalhoes, 2008, p.47). Portanto, discursos religiosos deram lugar a discursos biológicos e higienistas, o indivíduo passa a ser disciplinado e vigiado devendo responder as demandas postas pela ordem de produção capitalista.

Neste contexto, era necessário ampliar a “mão de obra” trabalhadora, tendo em vista que países mais populosos acumulavam mais riquezas, nasce uma “política natalista”, sendo a mulher protagonista central dessa história, através da naturalização de seu papel social de reprodutora, tendo como obrigação “repor” a população um tanto quanto degradada por pestes e pela guerra. Foucault (1988) chamou de “medicalização” minuciosa dos corpos e do sexo em nome da responsabilidade que as mulheres teriam sobre a instituição familiar e a salvação da sociedade.

Assim como papéis sociais são atribuídos à mulher, na presente análise é fundamental também compreender o que é culturalmente estabelecido no plano discursivo em relação à sexualidade masculina, afinal, gênero é uma categoria relacional. Na tentativa de compreender o universo cultural de mulheres vítimas de violência doméstica, é imprescindível refletir sobre quais discursos produzem os homens agressores.

Nesse sentido Gomes, Nascimento e Rebello (2008) afirmam que no âmbito do gênero, a masculinidade representa um conjunto de atributos, valores, funções e condutas, onde o homem deve ser forte, violento e viril como forma de demonstrar e reificar seu poder e masculinidade. Nesse sentido, “o poder passa a ser visto como uma pertença do masculino” (Idem, p.3) e muitas dessas construções contribuem significativamente para a produção da violência como forma de demonstrar esse poder em relação ao sexo feminino, visto ainda hoje como inferior, como observa Pinho “mais poder significa mais masculinidade, e sua ausência, feminilização, na medida em que masculinidade é uma metáfora para o poder e vice-versa” (Pinho, 2005, p.139). Pautados nessa racionalidade, muitos homens consideram suas mulheres como

propriedades, como relata W (comunicação pessoal, 02 de outubro de 2010) a respeito de seu ex-marido “*tem homem que é louco, porque ele pensa que é dono da mulher*”

Na tentativa de legitimação dos papéis culturalmente atribuídos a masculinidade, muitos homens acabam agindo de forma violenta, sem sequer questionar-se o motivo de sua agressão à mulher, não só física, mas também a violência sexual e psicológica. Nolasco afirma ainda que “o envolvimento dos homens em situações de violência está relacionado ao esforço empreendido pelo sujeito para manter sua forma de homem dentro da cultura da qual ele faz parte” (Nolasco, 2001, p.14).

Fica claro que o que diferencia homens e mulheres não são somente atributos físicos, mas construções sociais do que é ser homem e mulher e que, geralmente, são incorporadas e vivenciadas como naturais.

Todavia este cenário vem ganhando novos contornos. Desde a implantação do capitalismo até o início do século XXI e, principalmente em virtude do movimento feminista, a mulher vem ganhando maior visibilidade e ampliando seus direitos. Atualmente, as mulheres têm direito a trabalhar e usufruir de determinados benefícios que antes lhes eram negados, como votar, ter acesso a métodos contraceptivos, entre outros, entretanto, ainda há restrições culturais que localizam as mulheres em condições de inferioridade como, por exemplo, no campo do trabalho e da violência doméstica.

Há, portanto, ainda hoje um sistema patriarcal, definido por Hartmann (1979, p. 232 citado por Lourenço, 2004) como “um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres” (p.67). Essa conjuntura afirma a suposta superioridade do sexo masculino em relação ao feminino, legitima a idéia de que o homem é o provedor e dono do lar, e isso supostamente daria a ele o “direito” do uso da violência com sua esposa. Fazendo com que muitas mulheres entendam e aceitem essa violência como algo natural ou até mesmo merecida por não terem cumprido seu “papel de mulher”, como fazer a comida na hora certa e cuidar da casa. Como descreve “J.” (comunicação pessoal, 26 de novembro de 2010) falando a respeito do cotidiano com seu pai: “*quando ele chegava em casa, a comida tinha que tá pronta e a mesa posta, senão ele me batia*”; ou no desabafo de “H” (comunicação pessoal, 28 de outubro de 2010) falando sobre o companheiro: “*(. . .) eu tinha que dar dinheiro pra ele, pra ele compra droga e as coisa dele, porque ele falava que ia me bater se eu não desse*”

Ainda hoje existe uma divisão sexual do trabalho, homens exercem ou trabalhos manuais, pesados fora de casa, ou com a remuneração maior que o da mulher, enquanto a mulher cuida dos filhos e se trabalha fora, ganha menos que os homens, muitas vezes o dinheiro obtido por elas é visto como uma complementação da renda familiar, onde mais uma vez o modelo patriarcal deixa claro a superioridade masculina sobre a feminina tendo assim, o dever de chegar em casa e cuidar da casa e se tiver, dos filhos. Com isso, muitas mulheres abrem mão do trabalho assalariado por conta dessa dupla jornada competida a elas. Segundo Pena (1981 citado por Brito e D’acri 1991) “é da relação patriarcal que o homem emerge como principal ganha-pão familiar e a mulher como trabalhadora complementar – tendo na reprodução da família seu principal campo de atividades, partindo daí a própria construção de sua identidade” (p. 202-203).

O trabalho ao longo da história foi um dos principais marcadores de identidade esquadrihando subjetividades e espaços. Homem/mulher, público/ privado, superior/inferior foram esferas diretamente atravessadas pelas dimensões do trabalho.

Nesse sentido as conquistas das mulheres a respeito do trabalho, a partir do século XX, começam a permitir com que as mesmas passem a ter um pouco mais de autonomia e saída do campo privado/inferior. Porém não podemos esquecer-nos dos marcadores de classe, tais como as mulheres de baixa renda do abrigo, pois aparentemente neste espaço, essa autonomia ainda não chegou. Elas trabalham sim, mas este trabalho ainda é visto como inferior, embora garanta certa autonomia a essas mulheres que, em contextos de vulnerabilidade, podem ter a possibilidade de sair desta condição.

Nos relatos narrados pelas mulheres podemos localizar estratégias de resistência que se ensaiam no âmbito do trabalho colocando em movimento condições antes cristalizadas. Como na fala de H (comunicação pessoal, 28 de outubro de 2010) “*homem nenhum mais vai me impedir de trabalhar*”, ou na de J (comunicação pessoal, 02 de outubro de 2010) “*agora que eu sou livre dele, posso trabalhar pra comprar coisas pra mim*”. Outras formas de resistência se evidenciaram na Casa Abrigo tendo como meio o trabalho: W (comunicação pessoal, 29 de outubro de 2010) “*eu trabalho e ganho dinheiro, mas não tenho os mesmo conforto se não tive junto com ele pagando as conta maior da casa, que é comida, água e luz*” e S (comunicação pessoal, 15 de outubro de 2010) “*se eu arranjar um trabalho honesto, não consigo pagar as contas da casa sozinha, eu preciso dele*”.

Algumas políticas públicas estão sendo articuladas no cenário atual no Brasil como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008), que tem como alguns de seus objetivos: a igualdade de gênero, raça e etnia; O pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres; O equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais; O combate às distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres; O reconhecimento da violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica, que expressa a opressão das mulheres que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública; A criação, o fortalecimento e a ampliação de organismos específicos de defasados direitos e de políticas para as mulheres no primeiro escalão de governo, nas esferas federal, estaduais e municipais.

No cenário atual, a mulher ganhou visibilidade, direitos e autonomia, contudo a história de submissão e passividade que atravessam suas relações afetivas, trabalhistas, conjugais, familiares, entre outras, fazem com que se legitime essa lógica normativa que prescreve códigos e dita regras, naturalizando ações pautadas em regimes de verdade. Porém temos formas de resistência que se articulam à todo momento, fazendo emergir o que o capital mina e seqüestra, trazendo à vida a emergência de novas configurações e estéticas, possibilitando novos encontros e vivências capazes de transformar planos, como o das mulheres da Casa Abrigo Canto de Dália.

Faria, P. S., Furlan, P.F. (2011) Women victims of violence and work: ways of resisting. *Revista de Psicologia da UNESP 10(2)*, 85-91.

Abstract: *Historically guided by the hegemonic discourses and logic binarist, we favor assigning them some notions of identity and legitimacy of birth, while many others are entered as inferior and / or deviant. As a result, hierarchical relationships are established that define and conduct various social levels, reflected in the production of knowledge in the field of human rights and social practices. In this sense the present work was to examine which cultural attributes of gender conditions that increase vulnerability of women to domestic violence and work as an act of resistance to rehearse that within this scenario. Was used as the theoretical studies of gender and, as an instrument of data, (CAM) Centro de Atendimento a Mulher in the city of Londrina-PR, participatory techniques (group dynamics) and semi-structured interviews with women from Casa Abrigo Canto de Dália de Londrina.*

Keywords: *Resistance; Violence Against Women; Work.*

Bibliografia

Birman, J. (2001). Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Bozon, M. (2004). Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: FGV.

Brasil. (2004). Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria

Especial de Políticas para as Mulheres. Acessado em 10/08/2011 do

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/.arquivos/integra_pnpm.

Brito, J. Cruz de; D'acri, V. (1991). Referencial de análise para o estudo da relação trabalho, mulher e saúde. *Cadernos de saúde pública*, 7(2), 201 – 214.

Carvalhoes, F. F. de. (2008). Subjetividade e aids: a experiência da doença e da militância na trajetória de vida de mulheres HIV⁺ vista sob a perspectiva dos estudos de gênero. Dissertação do mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo.

- Foucault, M. (1988). *A História da sexualidade I – A vontade de Saber* (13a ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Gomes, R.; Nascimento, E. F.; Rebello, L. E. F.S. (2008). *As Representações da Masculinidade e o ser homem*. In: *Fazendo Gênero - Corpo, Violência e Poder*, 8, Florianópolis: UFSC.
- Hartmann, H. (1981). *The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union*. *Capital and Class*, 8.
- Lourenço, S. (2004). *Gênero: Acepções e considerações*. *Revista Capital Científico*. 2(1), 65-78.
- Louro, G. L. (1999). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Nolasco, S. (2001). *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Pena, M. V. J. (1981). *Mulheres e Trabalhadoras: presença Feminina na constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Recebido: novembro de 2011.

Aprovado: março de 2011.